



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

## Relatório de Viagem

Senador Hélio José

Missão Oficial à COP-24, em Katowice/Polônia.

(Período: 10/12/2018 a 12/12/2018)



SF/19022.59481-02



Entre os dias 10 e 12 de dezembro de 2018, estive em Missão à Katowice, na Polônia, para comparecer a eventos parlamentares da COP-24, conforme Requerimento nº 571/2018, aprovado na Sessão Plenária do dia 4 de dezembro de 2018.



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

A hospedagem da delegação de parlamentares brasileiros se deu na cidade de Cracóvia, e o Ministério das Relações Exteriores manteve um transporte entre Cracóvia e Katowice, para os eventos.

O que se chamou de eventos parlamentares foram duas semanas de eventos realizados no Espaço Brasil. Inaugurado pela primeira vez na COP 22, o Espaço Brasil foi realizado no estande 5, da área E: um espaço planejado pela delegação brasileira para realização de reuniões e seminários envolvendo representantes do governo federal, da sociedade civil, do setor acadêmico e do setor produtivo privado, com o objetivo de ser um espaço de divulgação, além de criar e expandir uma rede de contato com autoridades internacionais, formadores de opinião e especialistas em clima, para compartilhamento de experiências e melhores práticas.

Um importante legado do enfrentamento dos fenômenos das Mudanças Climáticas no Parlamento Brasileiro foi a criação da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), em 2008. Essa Comissão Mista realizou importantes debates e fiscaliza a atuação do Poder Executivo sobre a implementação das regras do Acordo de Paris. Fiquei muito satisfeito de ver a atuação responsável da Comissão nos eventos parlamentares da COP-24.

Os eventos parlamentares foram organizados por eixos temáticos. Cada dia de atividade foi dedicado a um eixo temático de discussão diferente:



SF/19022.59481-02



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

- o dia 6 teve as palestras voltadas para as “Comunidades Tradicionais” e os desafios das Mudanças Climáticas, e tratou de Políticas Nacionais de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas e outros povos tradicionais;
- o dia 7 foi dedicado à Academia, e teve palestras voltadas para o Cerrado, Leis de Incentivo à proteção do Clima, Biodiversidade, Políticas baseadas nas ciências contra as Mudanças Climáticas, experiência brasileiras para mitigação dos efeitos das Mudanças Climáticas;
- o dia 10 foi dedicado ao eixo do “Legado”, e os eventos destinaram-se a debater políticas de redução de resíduos tóxicos, restauração florestal, impactos na competitividade industrial, valoração e trocas de ativos ambientais, ferramentas inovadoras para descarbonizar o transporte, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) na agenda empresarial brasileira, e estratégias de longo prazo contra as Mudanças Climáticas;
- o dia 11 foi dedicado ao eixo das “Florestas”, onde se analisou instrumentos políticos para impulsionar a restauração de florestas, usando estudo de caso do Brasil, China e Índia, se tratou de Governança Florestal – desmatamento e sustentabilidade das commodities rurais;
- o dia 12 foi dedicado ao eixo ao “Uso da Terra”, onde se tratou das iniciativas jurisdicionais para promoção de negócios sustentáveis, consolidação da Agricultura Sustentável, propostas



SF/19022.59481-02



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

de governo e respostas do setor privado, e do lançamento de uma Plataforma FIP – Gestão Integrada da paisagem ambiental rural, um projeto dos governos da Alemanha, Noruega, Reino Unido, Japão e Dinamarca; e

- o dia 13 foi dedicado ao eixo de “Negócios”, onde se tratou dos desafios e oportunidades da precificação do carbono, contribuições e iniciativas do setor privado brasileiro no âmbito da agenda sobre Mudanças do Clima, soluções de negócios e investimentos.

Por indicação do Presidente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, o Senador Jorge Viana, eu participei apenas das reuniões parlamentares ocorridas do dia 10 ao dia 12, por serem esses eventos os de maior pertinência temática com o parlamento brasileiro e com a Comissão Senado do Futuro (CSF), da qual sou presidente, a qual representei nos eventos.

No dia 10 de dezembro me somei aos membros da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas – CMMC, que já estavam na Polônia. Esse foi um dia dedicado ao eixo do “Legado” das Mudanças Climáticas.

Às 10h aconteceu no Espaço Brasil apresentação sobre “As mudanças climáticas no Brasil e no mundo e a política de redução de resíduos tóxicos”, organizado pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados (CMADS) e a Frente Parlamentar Ambientalista.



SF/19022.59481-02



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

Às 11h30 tivemos apresentação sobre “Iniciativas de financiamento para restauração florestal em larga escala no Brasil”, sob organização do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal e Petrobrás.

Às 13 horas tivemos uma apresentação sobre “Visão internacional para implementação de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC, na sigla em inglês): riscos, oportunidades e impactos na competitividade industrial”, organizada pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Confederação nacional da Indústria (CNI), e Associação brasileira da Indústria Química (ABIQUIM).

A CNI mostrou que as mudanças climáticas estão afetando significativamente a competitividade da indústria, aumentando os custos e prejudicando a infraestrutura e os ativos corporativos.

Mostrou também que a indústria precisa implementar as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) do Brasil, resultantes do Acordo de Paris. O setor industrial precisa acreditar que a consolidação de uma economia de baixo carbono deve ser vista como uma alavanca para alcançar novas oportunidades; precisa acreditar que a indústria tem que fazer parte da solução no combate à mudança do clima. O país precisa construir os arranjos financeiros apropriados, de acordo com a realidade e as necessidades da indústria. A indústria depende de ações



SF/19022.59481-02



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

governamentais multissetoriais e diretas, para desenvolver arranjos energéticos e de infraestrutura que sejam mais resilientes às mudanças climáticas e devem considerar todos os cenários técnicos, econômicos, políticos, institucionais e de mercado relevantes envolvidos, levando em conta especificidades setoriais.

As ações do governo no Brasil têm se concentrado na alocação de investimentos no combate ao desmatamento, o que é justificado pelo percentual das florestas nas emissões de Gases de Efeito Estufa.

O país precisa entender que direcionar os investimentos para a indústria pode gerar receitas de emprego, renda e impostos que podem também apoiar ações contra o desmatamento, contribuindo para a consolidação de uma economia de baixo carbono.

A Organização Internacional do Trabalho OIT chegou à conclusão de que a chamada "Economia Verde" criará cerca de 24 milhões de novos empregos até 2030. Por outro lado, essa nova economia trará novos atores para o mercado e exigirá uma mudança na formação de profissionais.

Os governos precisam melhorar a eficiência energética, instrumentos financeiros e design de projetos, e a disponibilização de instrumentos tecnológicos.

A CNI apresentou um conjunto de recomendações e propostas para melhorar o ambiente de negócios e novos arranjos



SF/19022.59481-02



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

de financiamento para combater os impactos da mudança climática.

Às 14h houve uma apresentação sobre “Valoração e troca de ativos ambientais”, organizada pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Governo da Alemanha, Noruega e Reino Unido, Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), e Governo do Amapá e Espírito Santo.

Os governos de alguns países fizeram declarações ambiciosas sobre transporte, como o recente compromisso do Reino Unido de encerrar a venda de novos carros e caminhões convencionais à gasolina e diesel até 2040.

É provável que o nosso sistema de transporte do futuro dependa de uma mistura de biocombustíveis, eletricidade e hidrogênio. O equilíbrio entre estes é difícil de prever, mas pelas razões apresentadas, é provável que cada diferente combustível seja dominante em diferentes setores.

As ações climáticas requerem um novo paradigma para projetos de infraestrutura que incorporem benefícios ecológicos e sociais. Muito interessantes as apresentações.

Às 15h, no Auditório Warmia, assistimos apresentação sobre a “Precificação de carbono – estratégias de comunicação de uso dos recursos”, com especialistas da sociedade civil, do Banco Mundial e de um país em desenvolvimento que tenha implantado sistema de precificação de carbono.



SF/19022.59481-02



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

Tais sistemas de preços têm um objetivo comum: iluminar o custo das emissões e gradualmente torná-lo mais caro do que reduzir as emissões. Muito interessante a apresentação.

O dia 11 de dezembro foi dedicado ao eixo de “Florestas”. Às 10h, no Espaço Brasil, tivemos a apresentação intitulada “A Restauração Florestal na Mata Atlântica – mantenedora da água e do clima no Brasil”, organizada pela Fundação SOS Mata Atlântica, Observatório de Governança da Água e GWP Sul América.

Às 11h30 tivemos evento sobre “Pagamentos por resultados de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+) – desafios e oportunidades para o Brasil”, organizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Governo da Noruega, Alemanha, e dos estados brasileiros do Acre e Mato Grosso.

Às 14h tivemos evento sobre “Instrumentos políticos para impulsionar a restauração florestal: os casos do Brasil, China e Índia, organizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), Governos da China e Índia.

Às 15h30 assistimos a uma apresentação sobre “Governança Institucional e INDC: Cadastro Nacional de Florestas Públicas, Inventário Florestal e concessões florestais, organizados pelo SFB, Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Governos de Honduras, Costa Rica, Guatemala, El Salvador, Paraguai e Bolívia.



SF/19022.59481-02





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

Às 17h tivemos apresentação sobre “Governança florestal – gestão do desmatamento legal e ilegal e implicações para a agricultura brasileira” organizada pela Coalizão Brasil Clima, Coalizão Florestas e Agricultura, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), CPI e SRB.

No dia 12 de dezembro iniciamos o dia assistindo a uma apresentação, às 10h, sobre “A Importância e o Papel da Agenda de uso da terra para o desenvolvimento do Brasil”, sob a organização de Coalizões, do SRB, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), World Resources Institute (WRI), Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), IDS, WWF e Solidaridad.

O IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) lançou na COP 24 os dados sobre o desmatamento e as queimadas no Cerrado, baseados no SEEG (Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa), do Observatório do Clima.

Eles mostraram que o Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul, e dá origem a dois terços das bacias hidrográficas brasileiras. Mais da metade de sua vegetação nativa foi desmatada, e a maior parte do bioma (45%) abriga pastagens e atividades agrícolas – 12% da soja produzida no mundo sai do Cerrado.

Eles mostraram que a agropecuária no Cerrado tem bastante espaço para crescer com sustentabilidade, de forma a



SF/19022.59481-02



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

aproveitar as áreas já abertas com eficiência, conservação de recursos hídricos e manutenção da vegetação nativa, inclusive áreas que poderiam ser desmatadas legalmente, mas é preciso implementar mecanismos de mercado que remunerem os produtores rurais que tenham mais vegetação nativa do que rege a lei.

Pelas regras do Código Florestal, existem 325 mil km<sup>2</sup> de vegetação nativa que podem ser legalmente desmatados no Cerrado, o que geraria 3,2 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalentes na atmosfera. Há ainda 25,6 mil km<sup>2</sup> de áreas públicas não destinadas no bioma, que não estão sujeitas a nenhuma categoria fundiária definida e podem, facilmente, ser alvo de desmatamento irregular e grilagem de terras. Se desmatadas, gerariam mais 200 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> na Atmosfera.

Ficou clara a noção de que o Cerrado e sua população precisam de apoio para conservar o que resta do bioma, e que ações dessa natureza serão boas para o clima, para a água que serve boa parte do Brasil, para a agricultura e para as pessoas que ali vivem.

Às 11h30, no Auditório WISLA, tivemos apresentação sobre “Prioridade para as florestas – de 10 anos de REDD+ para soluções climáticas baseadas na natureza, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para



SF/19022.59481-02



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

Alimentação e Agricultura (FAO), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e Banco Mundial (BID).

O objetivo das palestras foi aumentar a conscientização sobre o potencial das florestas para o regime climático por meio de soluções com base em novas tecnologias.

Às 13h assistimos uma apresentação sobre “A Consolidação da Agricultura Sustentável no Brasil”, organizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Confederação Nacional da Agricultura (CNA), e Rede de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (Rede ILPF).

Nessas apresentações houve mostra sobre o Programa Tesouro Verde: uma iniciativa que incentiva e recompensa a proteção das florestas. É uma iniciativa do Governo do Estado do Amapá, que forma uma rede colaborativa para a proteção dos ativos ambientais em uma determinada área. É uma forma afetiva e inovadora de incentivar e recompensar a proteção dos ambientes naturais, pois os produtores rurais, associações, podem comercializar tais ativos no mercado como planos de negócios individuais ou coletivos.

O Estado do Amapá tem um alto potencial de participação na dinâmica da Economia Verde devido ao estado atual de conservação de suas florestas. Com a regulamentação desse mercado, apenas os créditos certificados por instituições ambientais com credibilidade internacional são validados. Eles



SF/19022.59481-02



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

atestam a existência dos bens ambientais através de documentos comprobatórios adequados.

Uma vez comprovado o patrimônio ambiental e suas propriedades, as instituições quantificam e atribuem valor ao crédito, que então está pronto para ir ao mercado comercial.

Com isso o Amapá estabelece outro componente em sua matriz econômica, transformando a riqueza mais valiosa - que é a conservação ambiental - em ativos econômicos.

O programa Tesouro Verde do Amapá faz da preservação ambiental um importante componente de sua matriz econômica, de forma que a riqueza natural dará retorno social e financeiro local concreto. Essa é uma relevante resposta do Brasil para o Mundo.

No dia 12 de dezembro, á tarde, deixei a Polônia pelo Aeroporto da Cracóvia, embarquei de volta para o Brasil, por Guarulhos - São Paulo, onde cheguei às 7h45 do dia 13, e em seguida para Brasília.

Eu pude mostrar aos meus pares nos eventos que apresentei, no Fórum Internacional de países latino-americanos chamado PARLATINO, um projeto de Lei de Marco Regulatório para Cidades Inteligentes. O objetivo seria fazer com que o poder público desempenhasse papel na criação de mecanismos legais de incentivo para que as cidades usem mais tecnologia em benefício da população, de modo que insumos básicos como transporte, energia, água, sejam utilizados de forma inteligente, tendo em



SF/19022.59481-02



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

vista que a energia elétrica e a água têm disponibilidade limitada, custo cada vez mais elevados e tendência à escassez.

Senador ***HÉLIO JOSÉ***  
Brasília, 20 de dezembro de 2018.



SF/19022.59481-02